



**Maestro Locadora de Veículos S.A.**

Informações contábeis intermediárias  
em 30 de setembro de 2012

## **Conteúdo**

Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	11

## Relatório da Administração

No terceiro trimestre de 2012, a Maestro continuou fortalecendo seus pilares de competitividade e solidez financeira que permitiram o cumprimento dos objetivos de curto prazo e que serão bases de sustentação importante para uma fase de maior crescimento previsto para os próximos períodos.

Como principais bases de sustentação deste desempenho, reafirmamos conforme última mensagem da Administração relativa ao primeiro semestre de 2012, a vital importância da gestão de preço conservadora (sem prejuízo de competitividade) e a diversificação dos canais de vendas de usados como a mencionada abertura da primeira loja no canal varejo em Junho.

Evidência da robustez desta política foi a convergência entre a perda apurada na venda de seminovos vis-à-vis à imparidade anteriormente reconhecida pela redução do IPI. No trimestre encerrado, a venda de seminovos registrou resultado líquido de R\$ (300) M ou 6,7% do ativo líquido. A imparidade registrada tinha sido de R\$ (320) M. A diferença entre o realizado e a imparidade foi de R\$ (20) M, ou 0,4% do ativo líquido, comprovando a boa fundamentação da política interna de avaliação de valores residuais.

Na atividade comercial, fechamos os primeiros nove meses com uma carteira de 94 clientes (12% de aumento em relação ao trimestre encerrado em Junho/12), gerando receita líquida de locação recorrente mensal de aproximadamente R\$ 2,1 MM com 2.408 veículos de frota total e alcançando o valor de mercado (Fipe já com o efeito da redução do IPI) de R\$ 59,5 MM.

A tendência positiva de aumento na qualidade desta carteira foi mantida e acentuada no último trimestre. São indicadores deste esforço a maior diversificação entre setores de atuação, maior pulverização por cliente e melhor perfil de crédito e rentabilidade.

Em relação à gestão do endividamento, a Maestro continuou realizando com sucesso seu plano de alongamento do perfil da dívida a preços competitivos para seu porte e segmento de atuação. As linhas captadas, na modalidade “capital de giro”, têm contribuído para gradativamente aumentar o *duration* médio do estoque de dívida ao mesmo tempo em que marginalmente reduzem seu custo ponderado.

A liquidez com disponibilidade imediata atingiu R\$ 23,3MM, um acréscimo de R\$ 9,9MM em relação ao fechamento do trimestre anterior.

Esta posição de caixa reforçada e as linhas de crédito disponíveis e ainda não tomadas, já garantem os recursos necessários para os investimentos em veículos (novos contratos e renovações) que entrarão até o final de 2012.

Operacionalmente, o trimestre aponta para a manutenção da margem bruta no patamar de 47,3% da receita líquida, atingindo o valor de R\$ 3,1 MM entre julho e agosto. A margem EBITDA por sua vez alcançou R\$ 2,4 MM ou 37,1% da receita líquida no mesmo período.

Os investimentos em governança, equipe e sistemas levaram o custo fixo da companhia ao patamar de 32,4% da receita líquida afetando o EBITDA apesar da manutenção da margem bruta. A recuperação do EBITDA virá com a diluição deste custo fixo, que pouco crescerá no curto/médio prazos, através do incremento de frota previsto já para o 4tr de 2012.

O resultado líquido de R\$ (0,2) MM esta afetado principalmente pelos vetores já mencionados: aumento de estrutura e perda na venda de usados causada pelo IPI. No acumulado do ano o resultado continua positivo em R\$ 4,3MM.

Com balanço reforçado, excelentes condições de liquidez, linhas de crédito disponíveis com bom custo e prazo alongado, política de precificação de solidez comprovada pela aderência aos resultados na vendas de carros (tendo a abertura da primeira loja sido decisiva para atenuar o efeito extraordinário de redução do IPI) e estrutura comercial e de back-office consolidadas, a Maestro passará a focar ainda mais seus esforços no crescimento de sua frota para os próximos períodos o que trará diluição dos custos fixos e conseqüente aumento de rentabilidade.



**KPMG Assurance Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias**

Aos Acionistas e Diretores da  
Maestro Locadora de Veículos S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial da Maestro Locadoras de Veículos S.A. (“Companhia”), em 30 de setembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.



**Outros assuntos**

Nós chamamos a atenção para o fato que as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, não foram revisadas ou auditadas por nós nem por outros auditores e estão sendo apresentadas unicamente para fins de comparabilidade. Dessa forma nós não expressamos nenhuma conclusão ou opinião sobre elas.

São Paulo, 31 de outubro de 2012

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4

Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC 1RJ092095/O-8 S-SP

## Maestro Locadora de Veículos S.A.

### Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2012	31/12/2011		Nota	30/09/2012	31/12/2011
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.205	15.426	Fornecedores	11	1.079	2.400
Contas a receber de clientes	7	5.876	4.763	Empréstimos e financiamentos	12	18.510	15.279
Veículos em desativação para renovação da frota	8	3.016	5.396	Consórcios a pagar	13	2.887	3.071
Impostos a recuperar		685	243	Salários, encargos e contribuições sociais		441	251
Despesas antecipadas		1.028	265	Obrigações tributárias		50	60
Outras contas a receber		26	134	Outras contas a pagar		1.115	882
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>33.836</b>	<b>26.227</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>24.082</b>	<b>21.943</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	14	5	5	Empréstimos e financiamentos	12	34.570	21.201
Impostos diferidos	9	952	-	Consórcios a pagar	13	311	4.265
Imobilizado	10	49.907	46.748	Impostos diferidos	9	-	4.119
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>50.864</b>	<b>46.753</b>	Provisão para contingências	14	266	266
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>35.147</b>	<b>29.851</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>84.700</b>	<b>72.980</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	15	30.535	30.535
				Prejuízos acumulados		(5.064)	(9.349)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>25.471</b>	<b>21.186</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>84.700</b>	<b>72.980</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Maestro Locadora de Veículos S.A.

## Demonstrações de resultados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2012	30/09/2011
<b>Receita líquida</b>	16	32.169	22.362
<b>Custos de locação e de venda de veículos</b>	17	<u>(23.361)</u>	<u>(12.211)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>8.808</u>	<u>10.151</u>
<b>Outras (Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	18	(6.470)	(5.847)
Outras receitas operacionais		<u>86</u>	<u>123</u>
		<u>(6.384)</u>	<u>(5.724)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>2.424</u>	<u>4.427</u>
<b>(Despesas) receitas financeiras</b>			
Despesas financeiras	19	(4.204)	(3.838)
Receitas financeiras	19	<u>994</u>	<u>84</u>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<u>(3.210)</u>	<u>(3.754)</u>
<b>(Prejuízo) lucro antes dos impostos</b>		<u>(786)</u>	<u>673</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<u>5.071</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<u><u>4.285</u></u>	<u><u>673</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Maestro Locadora de Veículos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2011</b>		<u>405</u>	<u>(4.654)</u>	<u>(4.249)</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>673</u>	<u>673</u>
<b>Saldos em 30 de setembro de 2011</b>		<u>405</u>	<u>(3.981)</u>	<u>(3.576)</u>
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(5.368)</u>	<u>(5.368)</u>
Aumento de capital	15	<u>30.130</u>	<u>-</u>	<u>30.130</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<u>30.535</u>	<u>(9.349)</u>	<u>21.186</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>4.285</u>	<u>4.285</u>
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>		<u><u>30.535</u></u>	<u><u>(5.064)</u></u>	<u><u>25.471</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Maestro Locadora de Veículos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	30/09/2012	30/09/2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	4.285	673
<b>Ajustes por:</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.071)	-
Depreciação	4.113	6.180
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	979	-
Encargos financeiros	3.958	2.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	351	-
Provisão para perda dos veículos em desativação para renovação de frota	320	-
Outras provisões	181	78
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
(Aumento) em contas a receber de clientes	(1.466)	(2.689)
Redução em veículos em desativação para renovação de frota	(442)	-
(Aumento) redução em impostos a recuperar	14.273	180
(Aumento) em despesas antecipadas	(762)	(414)
(Aumento) em outras contas a receber	110	(57)
Aumento (redução) em fornecedores	(1.320)	(2.435)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	233	396
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>19.741</u>	<u>4.081</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(6.013)</u>	<u>(5.563)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(6.013)</u>	<u>(5.335)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de mútuos e empréstimos com partes relacionadas	-	10.366
Captação de empréstimos e financiamentos e contratos de arrendamento mercantil	16.459	-
Amortização de empréstimos, arrendamento mercantil e consórcios	(17.970)	(9.517)
Juros pagos	<u>(4.438)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de financiamentos</b>	<u>(5.949)</u>	<u>3.408</u>
<b>Diminuição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>7.779</u>	<u>(354)</u>
<b>Demonstração da diminuição em caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	15.426	407
No fim do período	<u>23.205</u>	<u>53</u>
	<u>7.779</u>	<u>(354)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias**

*(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1).

Determinadas notas explicativas foram incluídas para explicar os eventos e transações que são significativos para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da Companhia desde as nossas últimas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Estas informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Estas informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela diretoria executiva em 31 de outubro de 2012.

#### **b. Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Nota 8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - depreciação, vida útil e valor residual da frota; e
- Notas 14 - Provisão para contingências.

**e. Demonstração do resultado abrangente**

A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada para o período findo em 30 de setembro de 2012, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

**a. Instrumentos financeiros**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e

ativos financeiros disponíveis para venda.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**ii. *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

**iii. Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 30 de setembro de 2012 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

**iv. Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**b. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**ii. Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii. Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos

arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Veículos <sup>1</sup>	2 - 3 anos	2 a 3 anos
Equipamentos de Informática	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Rede de Telefonia	5 anos	5 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

**c. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

**d. Veículos em desativação para renovação da frota**

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

---

<sup>1</sup> A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

### ***Redução ao valor recuperável***

*i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

*ii. Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 32), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.



**e. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**f. Receita líquida operacional**

**i. Receita de locação de veículos**

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

**ii. Venda de veículos**

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**g. Arrendamentos**

**i. Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento**

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

**h. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício e do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **4 Determinação do valor justo**

Nas políticas contábeis e na elaboração das informações contábeis intermediárias, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

**a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber**

O valor justo de contas a receber de clientes e e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

**b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referencia a contratos de arrendamentos semelhantes.

**c. Outros passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado

#### **5 Gerenciamento do risco financeiro**

##### **Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de juros

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

**a. *Risco de mercado***

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. Embora o endividamento ainda presente em sua maioria linhas bancárias pré-fixadas, iniciou-se no último trimestre de 2011, movimento no sentido de aumentar a participação de linhas pós-fixadas, visando capturar tendência de queda de juros para os próximos anos.

Em 30 de setembro de 2012, 90% do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

**b. *Risco operacional***

Risco Operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

**c. Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do Risco de Crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

**d. Risco de liquidez**

O risco de Liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de Caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

*Gestão de capital*

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Total do passivo circulante e não circulante	59.228	51.794
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(23.205)	(15.426)
	<hr/> 36.023	<hr/> 36.368
Total do patrimônio líquido	<hr/> 25.471	<hr/> 21.186
<b>Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido</b>	141%	172%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do período/exercício:

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	(56.278)	(43.816)
Caixa e equivalentes de caixa	23.205	15.426
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(33.073)</b>	<b>(28.390)</b>

**e. Risco de taxa de juros**

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa e bancos	3.183	1.706
Aplicações financeiras	20.022	13.720
	23.205	15.426

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI-C) e são concentradas em bancos de 1º linha, classificadas pelas principais agências de *rating*.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>		
Locação de veículos	6.447	4.983
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(571)	(220)
	5.876	4.763

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

<b>Faixa</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
À Vencer	3.067	2.670

<b>Faixa</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	302	743
De 61 a 90 dias	175	338
De 91 a 180 dias	663	1.072
Acima de 180 dias	<u>2.240</u>	<u>220</u>
	<u><u>6.447</u></u>	<u><u>4.983</u></u>

Dentre os títulos com vencimento acima de 180 dias, e elegíveis à provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão clientes contra os quais existe ação de cobrança, cujo êxito, conforme nossos assessores legais são prováveis ou possíveis. Esses clientes não estão contemplados em nossa base de cálculo para a provisão para créditos de liquidação duvidosa e serão acompanhados até o final do ano onde, e, se necessário, serão adicionados à base de cálculos da provisão ou baixados para resultado.

O valor em atraso dos clientes que existem ações de cobrança no período em que os montantes encontram-se vencidos estão demonstrados conforme quadro abaixo:

	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos até 180 dias</b>	<b>Vencidos acima 180dias</b>	<b>Totais</b>
<b>Contas a receber em cobrança</b>	87	661	1.682	2.430

Adicionalmente foi constituída provisão adicional durante o exercício de 2012 de R\$ 351 para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ficou conforme demonstrado abaixo:

<b>Saldo em 31/12/2011</b>	(220)
Reversão da provisão	-
Constituição da provisão	<u>(351)</u>
<b>Saldo em 30/09/2012</b>	<u><u>(571)</u></u>

## **8 Veículos em desativação para renovação da frota**

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Veículos	3.336	5.396
Provisão para perda do valor recuperável	<u>(320)</u>	<u>-</u>
	<u><u>3.016</u></u>	<u><u>5.396</u></u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

Em junho de 2012, após a medida provisória que reduziu o IPI na venda de veículos novos, o mercado de seminovos também sofreu uma redução no preço de venda de seus veículos. Conforme as vendas realizadas no mês de outubro, foi possível verificar que esta perda ficou em aproximadamente 9% do valor residual dos veículos. Desta forma, constituímos em setembro de 2012, para os nossos veículos destinados à venda uma provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 320.

## 9 Impostos diferidos

Durante o exercício de 2012, a Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconheceu em suas informações contábeis intermediárias o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de impostos de renda e contribuição social no montante de R\$ 9.833.

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	30/09/2012			31/12/2011		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base Negativa de IRPJ e CSLL	9.833	-	9.833	-	-	-
Ajuste de Arrendamento Mercantil	-	(5.787)	(5.787)	-	(2.234)	(2.234)
Ajuste de depreciação	-	(3.323)	(3.323)	-	(2.050)	(2.050)
Outras adições temporárias	229	-	229	165	-	165
<b>Totais</b>	<b>10.062</b>	<b>(9.110)</b>	<b>952</b>	<b>165</b>	<b>(4.284)</b>	<b>(4.119)</b>

A Companhia está demonstrando os saldos de impostos diferidos de maneira líquida no balanço patrimonial nos períodos comparativos.

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 5.071.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	<b>30/09/2012</b>
<b>Ativo não circulante</b>	
Outras diferenças temporárias	188
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	28.921
	<u>29.109</u>
<b>Passivo não circulante</b>	
Ajuste de depreciação	(3.744)
Ajuste de arrendamento Mercantil	(10.451)
	<u>(14.195)</u>
<b>Total</b>	<u><u>14.914</u></u>
Alíquota imposto de renda (25%)	3.729
Alíquota contribuição social (9%)	<u>1.342</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado</b>	<u><u>5.071</u></u>

Em 30 de setembro de 2011 não houve registro de imposto de renda e contribuição social corrente ou diferidos (informação não revisada ou auditada pelos auditores independentes). Por essa razão está sendo demonstrado acima somente os efeitos de 30 de setembro de 2012.

## 10 Imobilizado

### Movimentação do Custo

	31/12/2011	30/09/2012			
	Saldos	Adições	Baixas	Transferência para renovação <sup>2</sup>	Total
Veículos operacionais	53.538	16.688	(603)	(16.020)	53.603
Equipamentos de informática e telefonia	46	97	(1)	-	142
Máquinas e Equipamentos	-	59	-	-	59
Móveis e utensílios	7	58	-	-	65
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	27
Benfeitorias	41	89	-	-	130
Imobilizações em curso	<u>-</u>	<u>3.473</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.473</u>
	<u>53.659</u>	<u>20.464</u>	<u>(604)</u>	<u>(16.020)</u>	<u>57.498</u>

<sup>2</sup> Transferência de desativação para renovação de frota

## Movimentação da depreciação acumulada

30/09/2012						
	V.U. <sup>3</sup>	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transfer. Renovação <sup>4</sup>	Total
Veículos operacionais	2-3	(6.903)	(4.575)	101	3.808	(7.569)
Equipamentos de informática e telefonia <sup>5</sup>	5-10	(4)	(6)	-	-	(10)
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	(4)	(5)	-	-	(9)
Móveis em arrendamento	10	-	-	-	-	-
Benfeitorias	10	-	(3)	-	-	(3)
Imobilizações em curso	10	-	-	-	-	-
		<u>(6.911)</u>	<u>(4.589)</u>	<u>101</u>	<u>3.808</u>	<u>(7.591)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<u>46.748</u>	<u>15.875</u>	<u>(503)</u>	<u>(12.212)</u>	<u>49.907</u>

## 11 Fornecedores

	30 /09/ 2012	31/12/2011
Montadoras	831	1.811
Fornecedores diversos	<u>248</u>	<u>589</u>
	<u>1.079</u>	<u>2.400</u>

## 12 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia no período 2012/2011 está resumido nos quadros abaixo:

30 de setembro de 2012								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	%
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	266	593	859	2
Giro (Pré)	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2016	8.449	13.732	22.181	41
Giro (Pós)		0,3105 a.m + CDI	0,3354 a.m + CDI	2015	3.533	10.427	13.960	26
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	5.321	8.826	14.147	26
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,32 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	<u>1.248</u>	<u>1.559</u>	<u>2.807</u>	<u>5</u>
					<u>18.817</u>	<u>35.137</u>	<u>53.954</u>	<u>100</u>
					<u>(307)</u>	<u>(567)</u>	<u>(727)</u>	
					<u>18.510</u>	<u>34.570</u>	<u>53.080</u>	

<sup>3</sup> V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 3, item b., subitem (iii).

<sup>4</sup> Transferência de desativação para renovação de frota

<sup>5</sup> Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de Telefonia e 10 para equipamentos de informática.

**31 de dezembro de 2011**

Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2015	2.412	3.066	5.478	15
Giro	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2015	3.360	4.392	7.752	21
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2015	6.487	12.117	18.604	51
Leasing (Pós)	R\$	0,32 a.m	0,71 a.m	2015	<u>3.020</u>	<u>1.626</u>	<u>4.646</u>	<u>13</u>
					<u>15.279</u>	<u>21.201</u>	<u>36.480</u>	<u>100</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2012
2013	20.339
2014	12.370
2015	1.812
2016	49
	<u>34.570</u>

Em 30 de setembro de 2012, com exceção da linha de giro, todas as demais linhas estão 100% garantidas por veículos. Não há exposição cambial de nenhuma espécie.

Combinados empréstimos, financiamentos e consórcios (vide nota 13) compõe a dívida bruta de R\$56.278 em setembro de 2012 (R\$43.816 em 2011).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade leasing e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma operação vigente em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresenta cláusula de restrições, “*covenants*”.

### Análise de sensibilidade

Do passivo total, 31% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 30/09/2012, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 7,5%.

Como a posição aplicadora, também indexada ao CDI, é superior à dívida bruta, cenários de *stress* de taxas de juros para este período apontam para resultados líquidos positivos como no quadro abaixo, na página seguinte.

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de Juros	7,50%	9,38%	11,25%
Varição em relação ao cenário base	-	25%	50%

	<b>Cenários</b>		
	<b>Base</b>	<b>I</b>	<b>II</b>
Dívida bruta indexada ao CDI	(16.767)	(17.082)	(17.396)
Aplicações indexadas ao CDI	20.022	20.397	20.773
Efeito líquido patrimonial	3.255	3.315	3.377
Efeito líquido no resultado	-	60	122

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 20.

### 13 Consórcios a pagar

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Circulante	2.887	3.071
Não circulante	311	4.265
	3.198	7.336

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>2012</b>
2013	311
	311

Em 30 de setembro de 2012, a Maestro possuía em seu balanço 653 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 24.

O saldo devedor em 30 de setembro de 2012 de todas as cotas era de R\$ 3.198 com prazo de vencimento médio de 23 meses.

### 14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Contingências cíveis	266	266

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda,

classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 30 de setembro é de R\$ 369 e estes processos estão relacionados a causas cíveis.

### **Depósitos judiciais**

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 5 em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/11	Constituição	Reversões	Saldos em 30/09/12
Cíveis	266	-	-	266
Depósitos judiciais	(5)	—	—	(5)
	<u>261</u>	=	=	<u>261</u>
			<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>			266	266
Provisões constituídas durante o período			-	-
Provisões utilizadas / revertidas no período			-	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>			<u>266</u>	<u>266</u>

## **15 Patrimônio líquido**

### **Capital Social**

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

A Companhia foi constituída em 10 de junho de 2008 com o capital de R\$ 405, representado por 405.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que foram integralizados em 10 de junho de 2008 pelas sócias quotistas Fabio Lewkowicz, Alan Lewkowicz e Natalie Lewkowicz (135.000 ações ordinárias) cada um.

Em 10 de outubro de 2011, o capital da Companhia foi aumentado em R\$ 30.130, representado por 755.402 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de aproximadamente de R\$39,88604 por ação, totalizando R\$30.130. A ações foram totalmente subscritas pelo Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet, pela Stratus Investimentos Ltda., e pela Lewco Participações e Administração Ltda (a integralizar).

<b>Quotistas</b>	<b>Ações Integralizadas</b>	<b>Capital Subscrito</b>
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	719.049	28.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	25.071	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	11.282	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	<u>405.000</u>	<u>405</u>
	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>

## 16 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza, apresentada na demonstração de resultado do período:

<b>Descrição</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Locação de veículos	18.956	17.219
Venda de veículos	<u>13.214</u>	<u>5.143</u>
<b>Total da receita líquida</b>	<b><u>32.169</u></b>	<b><u>22.362</u></b>

## 17 Custo de locação e venda de veículos

<b>Descrição</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Custos de manutenção	(5.284)	(4.629)
Custos com depreciação	(3.989)	(3.952)
Custos dos veículos vendidos	<u>(14.088)</u>	<u>(3.629)</u>
	<b><u>(23.361)</u></b>	<b><u>(12.211)</u></b>

## 18 Despesas administrativas e gerais

<b>Descrição</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Despesas gerais	(2.874)	(5.169)
Despesas tributárias	(12)	(20)
Despesas com pessoal	<u>(3.584)</u>	<u>(658)</u>
	<b><u>(6.470)</u></b>	<b><u>(5.847)</u></b>

## 19 Resultado financeiro

<b>Receitas financeiras</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Receitas financeiras	784	-
Juros ativos	210	84
<b>Total</b>	<b>994</b>	<b>84</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>30/09/2011</b>
Juros passivos	(3.963)	(3.311)
Descontos concedidos	(36)	(1)
Despesas bancárias	(59)	(92)
Taxa Administração de consórcio	(103)	(366)
IOF	(43)	(68)
<b>Total</b>	<b>(4.204)</b>	<b>(3.838)</b>

## 20 Instrumentos financeiros

### Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações contábeis intermediárias foi:

	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa e equivalentes de caixa	23.205	15.426
Contas a receber de clientes	5.876	4.763
Outras contas a receber	26	134
	<b>29.107</b>	<b>20.323</b>

### Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<b>Passivo financeiro não derivativo</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	56.278	43.816
Fornecedores e outras contas a pagar	2.194	3.282
	<b>58.472</b>	<b>47.098</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

### 30 de setembro de 2012

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	56.278	22.421	24.568	16.698	63.687
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>2.194</u>	<u>2.194</u>	-	-	<u>2.194</u>
	<u>58.472</u>	<u>24.615</u>	<u>24.568</u>	<u>16.698</u>	<u>65.881</u>

### Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	23.205	23.205	15.426	15.426
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes	5.876	5.876	4.763	4.763
Outros contas a receber	26	26	134	134
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	56.278	56.278	43.816	43.816
Fornecedores	1.079	1.079	2.400	2.400
Outras contas a pagar	1.115	1.115	882	882

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outros contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são



mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Vide maiores detalhes sobre gerenciamento de risco financeiro na nota explicativa nº 5.

### **Riscos de taxa de juros**

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros.

As posições de derivativos em aberto são como segue:

<b>Instrumento</b>	<b>Objeto de proteção</b>	<b>Vencimentos</b>	<b>A receber Taxa Pre</b>	<b>A pagar CDI +</b>	<b>Valor de referência Notional</b>	<b>Valor de mercado</b>
SWAP	Empréstimo	14/09/2015	9,082% a.a.	4,245%a.a.	3.079	3.121

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

## **21 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar seguros para seus bens sujeitos a riscos, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Como as premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações contábeis intermediárias, elas não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Uma vez que os contratos de terceirização preveem cobertura de danos materiais e pessoais à terceiros para cada veículo locado, foi feita a contratação de apólice de seguro, nos valores de R\$ 50 para danos materiais e R\$ 100 para danos pessoais para cobertura de eventuais indenizações à terceiros advindas destes contratos de terceirização.

Carlos Alves  
Diretor Financeiro

Henrique Barbosa  
Contador CRC RJ-098261/O-8